

Análise das Interações da Audiência Pública da CDH sobre Combate à Violência Contra a Mulher – 06/08/2025 – Gerado por IA

Este relatório apresenta uma análise das **91 participações dos cidadãos** na audiência pública sobre o combate à violência contra a mulher, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) em 06/08/2025, este resumo apresenta uma análise detalhada das principais preocupações e propostas do público. O objetivo é oferecer aos senadores uma visão clara das opiniões e expectativas da sociedade sobre o tema, a fim de subsidiar o debate e a formulação de políticas públicas eficazes.

O conteúdo foi gerado por inteligência artificial com base nas interações dos cidadãos neste evento. Ele apresenta uma análise automatizada das principais opiniões, preocupações e temas debatidos, buscando oferecer um panorama geral das discussões.

Ressaltamos que, embora tenha passado por revisão humana, este relatório pode conter imprecisões ou interpretações que não refletem integralmente o contexto das interações. Caso identifique informações que necessitem de correção ou ajuste, pedimos que entre em contato pelo [Fale Conosco](#).

Este documento não representa posicionamento oficial e não substitui análises detalhadas realizadas por especialistas.

Total de participações: 91

Temas principais:

- 1. Políticas de Prevenção e Educação (26%):** Os cidadãos enfatizam que o combate à violência contra a mulher deve começar pela base, com foco em educação e prevenção. Há um forte apelo por ações educativas contínuas em escolas, universidades e na sociedade em geral para desconstruir a cultura do machismo. As sugestões incluem a promoção de uma masculinidade saudável, o engajamento dos homens como parte da solução e a abordagem das causas estruturais da violência, como famílias desestruturadas e a falta de princípios de respeito.

Exemplo: "Quais estratégias estão sendo colocadas em prática para a diminuição do feminicídio? Qual educação direcionada aos meninos está sendo implementada?" (Joici C. - PR)

2. Efetividade das Leis e do Sistema de Justiça (22%): Existe uma percepção generalizada de que, apesar da existência de leis como a Maria da Penha, sua aplicação é falha e ineficaz. Os participantes questionam por que os índices de violência continuam altos e cobram maior efetividade do sistema de justiça. As críticas se concentram na falta de investigação de boletins de ocorrência, na necessidade de capacitação de agentes públicos (policiais, juízes e promotores) e na urgência de otimizar a fiscalização das medidas protetivas para que as leis saiam do papel.

Exemplo: "De que adianta a lei se BOs de violência doméstica são arquivados sem apuração? Como cobrar do Judiciário e Executivo uma investigação real?" (Carolina A. - SP)

3. Ampliação do Apoio e Proteção às Vítimas (19%): A necessidade de uma rede de acolhimento mais robusta e acessível foi um ponto central. Os cidadãos pedem a ampliação e o fortalecimento de estruturas como as Delegacias da Mulher (DEAMs) e os Centros de Referência. As perguntas abordam o suporte oferecido às vítimas após a denúncia, incluindo apoio psicológico, abrigos seguros, segurança para evitar revitimização e a garantia de acesso a serviços como o aborto legal em casos previstos por lei. Houve também menções à inclusão de mulheres trans e pessoas não binárias nas políticas de proteção.

Exemplo: "Quais ações o Senado prevê para apoiar mulheres vítimas de violência em regiões com pouca estrutura, como periferias e áreas rurais?" (Alessandro D. - CE)

4. Alcance e Efetividade das Campanhas Simbólicas (14%): Os participantes questionam se ações simbólicas, como a iluminação de prédios e a instalação do Banco Vermelho, são suficientes para gerar mudanças concretas. Há uma preocupação de que essas iniciativas não passem de símbolos sem impacto real na vida das mulheres. As sugestões apontam para a necessidade de usar a

tecnologia e as mídias sociais para ampliar o alcance das campanhas e transformá-las em ações práticas e duradouras, que cheguem à população mais vulnerável.

Exemplo: "A exposição e iluminação no Senado geram mudanças reais no combate à violência contra a mulher ou são apenas símbolos sem impacto efetivo?" (Raissa D. - MT)

5. Endurecimento das Penas e Punição (12%): Uma parcela significativa dos cidadãos clama por punições mais severas e rigorosas para os agressores. Muitos defendem que crimes como o feminicídio deveriam ser inafiançáveis e que as penas atuais são brandas demais, não servindo como um real desestímulo à violência. O sentimento geral é de que a impunidade incentiva a continuidade dos crimes e que é preciso uma resposta mais forte do Congresso e do Judiciário.

Exemplo: "Como as lideranças políticas pretendem ser mais rigorosas com a punição aos 'feminicidas' e tornar esse tipo de crime inafiançável?" (Isabella R. - RO)

6. Críticas à Abordagem e Comentários Gerais (7%): Este tema agrupa manifestações que apresentam críticas à forma como o debate é conduzido, além de comentários gerais. Alguns cidadãos consideram que o termo "feminicídio" pode ser restritivo e que a violência deveria ser combatida de forma ampla, sem "categorias". Outras preocupações incluem a existência de falsas acusações. Por fim, há comentários que reforçam a urgência e a pertinência do debate.

Exemplo: "Considerando o considerável aumento de acusações falsas, há, neste projeto, desestímulo a tais condutas?" (Enzo D. - RO)

Em suma, as participações dos cidadãos revelam um profundo ceticismo quanto à eficácia das medidas atuais e um forte anseio por ações concretas e efetivas. Os temas mais recorrentes foram a necessidade de políticas de prevenção e educação para combater as raízes do problema e a cobrança por maior efetividade das leis e do sistema

de justiça. Os posicionamentos majoritários apontam para a urgência de ir além de atos simbólicos, endurecer as penas contra agressores e ampliar a rede de apoio às vítimas, garantindo que as políticas públicas alcancem as mulheres mais vulneráveis em todo o país.

Todas as perguntas e comentários do público no evento estão disponíveis na página <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=34884>.